

SIMPÓSIO 4

HISTÓRIA, REGISTRO E ENSINO DE PORTUGUÊS

Desde a LDB de 1996 e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, qualquer método, ou qualquer instrumento didático-pedagógico, que vise à estruturação das práticas docentes de Língua Portuguesa, partindo do intuito de implantar uma homogeneidade gramatical mediante norma(s) padrão, negando ou ignorando a heterogeneidade dialetal, é susceptível de ser qualificado, pelas áreas da linguística, de conceitualmente anacrônico. O processo de identificação e caracterização rigorosa, com vistas ao Ensino Médio, dos traços diacrônicos e sincrônicos do português do Brasil iniciou-se na década de 1920 e teve como a sua mais simbólica publicação, devido à quantidade de reedições, a obra *O idioma nacional*, de Antenor Nascentes (1929); tratava-se, todavia, de um produto orientado, fundamentalmente, a marcar os traços distintivos de padrões cultos do português brasileiro frente à norma de Portugal. Abriu-se, no entanto, uma etapa pautada pelo método histórico comparativo para o estudo da gramática histórica – *Gramática Histórica* de Ismael de Lima Coutinho (1938) –, pela orientação da lexicologia ao ensino e pela incorporação ao ensino dos estudos de estilística – *Contribuição para uma estilística da Língua Portuguesa*, de Mattoso Câmara (1952). Essa etapa teria um momento de inflexão com a elaboração da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, em 1959, e com, a publicação, em edição do MEC, de *O ensino de Português*, de Celso Cunha (1964), obra em que se defendia a unidade da língua, mas não a sua uniformização, e que estava em consonância com a Lei nº 4.024/61, criadora dos Conselhos Estaduais de Educação, entidades que, no geral, passaram a contemplar a heterogeneidade dialetal dos alunos. Desde então, o ensino de português atravessou diversas fases e foi pautado por diversas leis, passando do ensino utilitário orientado à oralidade – a comunicação e a expressão –, combinando a linguagem verbal com códigos não verbais, ao ensino de uma gramática reflexiva nos enunciados que veiculam as relações de intercomunicação. Assim, o objetivo deste simpósio é reunir pesquisadores interessados em dialogar, de uma perspectiva histórica, as questões inerentes ao ensino do português do Brasil.

COORDENAÇÃO

Antón Corbacho Quintela
Universidade Federal de Goiás
corbachoq@rocketmail.com

O USO DO DICIONÁRIO EM SALA DE AULA: MÉTODOS E COMPROMETIMENTOS

Ana Rachel Spalenza SOARES (UFMS)²²

Resumo: Este artigo visa a refletir sobre aspectos relacionados ao uso de dicionário em sala de aula para compreensão de textos em língua materna. Com embasamento teórico-metodológico no que diz respeito à Lexicografia, este projeto propõe esclarecer, em forma de análise, como o uso de dicionários escolares oferecidos pelo Programa Nacional do Livro didático PNLD/2012 pode auxiliar nas aulas de língua portuguesa. Abarcaremos estudos que, subsidiados pela Lexicografia Pedagógica, se ocuparão do uso de dicionários em sala de aula. Nessa perspectiva, o dicionário é entendido como um auxiliador pedagógico, por conter especificações concernentes ao léxico, seja nos campos morfológico, sintático ou semântico o que poderá contribuir para o processo de aquisição formal da referida língua.

Palavras-chave: Lexicografia Pedagógica; Dicionário Escolar; PNLD; Ensino de Língua Materna.

1. Introdução

A lexicografia pode ser vista com duas faces: a prática e a ciência; ambos os entendimentos de lexicografia direcionam a um único objeto, o dicionário de uma língua. Ao evidenciar a lexicografia enquanto técnica discute a apresentação de elementos que norteiam a montagem de um dicionário, com a função de ocupar-se dos caminhos que postulam a seleção das nomenclaturas, as definições pertinentes a cada acepção, a estrutura do candidato a verbete, os critérios a serem evidenciadas as remissões e, sobretudo privilegiar a variação linguística, pois as palavras fazem parte da linguagem e podem ser destacadas como lexias.

Contudo, a lexicografia reconhecida como ciência traz algumas razões para assim ser considerada, pois sua ocupação é manter a descrição do léxico de uma língua, seja ela total ou parcial, criando uma categoria distinta de interpretação, ou seja, descrever o léxico de uma língua e as informações que a ciência introduz enquanto suporte teórico.

Em Borba (2003, p. 15) encontra-se a descrição em amiúdes sobre a visão do sentido que a lexicografia pode oferecer, seja no seu aspecto teórico ou prático:

A lexicografia pode ser vista sob duplo aspecto: (i) como técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes.

Ainda a lexicografia, possui um assunto que surgiu pela necessidade de se ter um estudo reservado às questões de problemas voltados a dicionários escolares. Esses estudos norteiam a caminhos que levam os aspectos teóricos e metodológicos de como devem ser

²²Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens, sob a orientação do Prof. Dr. Auri Claudionei Matos Frúbel, Área de concentração Linguística e Semiótica, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* de Campo Grande, Brasil. E-mail do (a) autor (a) rachelspalenza@gmail.com.

produzidos dicionários que satisfaçam a classe estudantil e, sobretudo de como essas obras lexicográficas podem ser utilizadas em sala de aula.

Em razão disso, a lexicografia tem assumido o papel de teoria para suporte investigativo nas questões que abarcam dicionários. Chamada por Welker (2008) de metalexigrafia²³, o autor reconhece que lexicografia é o hiperônimo de metalexigrafia, e os estudos nessa área possibilitam encontrar condições que levem a caminhos para uma discussão referindo-se aos dicionários.

Por se tratar de assuntos que mantêm alerta os problemas de produção dicionarística, alguns estudiosos discutem o assunto que traz alívio quando se trata de problemas que envolvem o dicionário enquanto auxiliar pedagógico, pois é na lexicografia pedagógica que se encontra suporte teórico para discussões aos tipos de dicionários que se classificam como específico.

A lexicografia pedagógica pode ser entendida como uma vertente da lexicografia teórica, ganhando o adjetivo *pedagógica*, por se ocupar principalmente dos dicionários utilizados no meio escolar, pois o estudante-consulente²⁴ pode utilizá-lo na sala de aula como um auxiliar nas questões do léxico.

Por outro lado, apresentamos a Lexicografia Pedagógica, que trata de assuntos referentes aos dicionários para fins didáticos²⁵, assim sendo, considera questões que envolvem o ensino de língua com o uso de dicionários, com a finalidade de trazer luz ao ensino e aprendizagem de uma língua, sistematizando o caráter linguístico, cultural e pragmático.

Diante disso, Krieger (2011, p. 106) dispõe sua justificativa de que o dicionário

[...] resulta seu exponencial papel pedagógico, bem como o princípio de que assim como há livros didáticos adequados aos diferentes níveis de ensino, de igual modo, deve-se proceder à escolha do dicionário adequado às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Dessa forma discutiremos a importância do dicionário escolar enquanto auxiliar pedagógico à língua materna. Num primeiro momento contemplaremos as questões referentes às mudanças que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2012) trouxe às escolas públicas do país, concernente aos novos dicionários escolares, com a divisão das categorias disponibilizada em Edital público²⁶.

Abarcaremos ainda neste artigo, questões que envolvem a escolha das obras lexicográficas mediante Edital público, ou seja, o MEC e o PNLD estabeleceram orientações à inscrição dos referidos dicionários, para que contemplassem a língua portuguesa brasileira. Assim sendo, procuraremos trazer luz às questões da Lexicografia Pedagógica enquanto sinônimo de produção e investigação de dicionários escolares, aproximando essas produções lexicográficas à dimensão do ensino e aprendizagem nas escolas públicas, acentuando a Língua Portuguesa as diversas áreas do saber, como: Biologia, História, Geografia, entre outras.

²³ O autor descreve sucintamente que metalexigrafia é entendido como o termo voltado aos estudos sobre dicionários, de acordo com O Grupo de Trabalho “Lexicologia, Lexicografia, Terminologia” da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística).

²⁴ Refiro-me ao termo por se tratar de estudantes que consultam dicionários em sala de aula.

²⁵ Podemos entender aqui que existe uma distinção entre as palavras *didática* e *pedagógica*, pois ambas não podem se confundir. A palavra didática pode ser vista como um conjunto de métodos e técnicas que objetivam um ensino eficiente, e o termo pedagogia trata dos preceitos teóricos que orientam uma atividade educativa tornando-a mais eficiente (WELKER, 2008, p. 21).

²⁶ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16841&Itemid=1131>.

Ainda propomos reflexões concernentes à importância do uso de dicionário em sala de aula, como auxiliador nas aulas de Língua Portuguesa, sobretudo visando ao nível de escolaridade que cada estudante-consultante se encontra. O PNLD/2012 disponibilizou dicionários divididos conforme a idade escolar dos estudantes e a tipologia adequada a cada nível de conhecimento linguístico, isto é, considerou uma divisão das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, bem como para o Ensino Médio.

Assim, a Lexicografia Pedagógica entra em cena para dispor o suporte teórico-metodológico à escolha do material lexicográfico, por se tratar do cuidado que o PNLD/2012 teve em reunir lexicógrafos e dicionaristas para essa seleção; e ainda o termo *adoção*, pelo fato do dicionário ser visto como um atuante em sala de aula, ou seja, como auxiliador constante às dúvidas, sobretudo na aprendizagem lexical, definindo parâmetros diferentes entre dicionários escolares. Conforme Rangel, podemos considerar o dicionário escolar como adequado às circunstâncias que envolvem o ensino e a aprendizagem lexical,

Considerando, por outro lado, que uma das funções mais importantes de um dicionário é esclarecer os sentidos que uma palavra pode ter, em diferentes usos, cabe avaliar a adequação, a pertinência e a diversidade das estratégias de explicitação dos sentidos (2011, p. 54).

Enfim, procuraremos ser bem claros no que diz respeito ao uso de dicionários escolares, sobretudo em sala de aula, com seus recursos e comprometimentos, enquanto obra lexicográfica pedagógica.

2. As mudanças do PNLD/2012 acerca dos dicionários escolares

Desde 2006 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) vem adotando diretrizes que definiriam os dicionários como escolares, para atender às necessidades pedagógicas. Sendo assim, proporemos uma reflexão referente às obras lexicográficas e o material de apoio, ofertado pelo PNLD, que consolida uma interação entre ensino-aprendizagem e uso do dicionário escolar, principalmente em sala de aula.

A composição dos acervos lexicográficos deveria ser distinta, conforme as diferentes etapas do processo de aprendizagem. As exigências do PNLD/2012 para cada tipo de dicionário foi dividido em dois blocos: os principais e os complementares; dentre os principais era necessário uma adequação ao vocabulário subdividido quanto a sua representatividade nas entradas, correspondendo o léxico da língua portuguesa, e na originalidade ao nível de ensino conforme a faixa etária dos alunos. Já os complementares atuam nas modalidades distintas da língua no que diz respeito às palavras que o falante nativo domina.

Respondendo as expectativas do PNLD/2012, a divisão das categorias de cada acervo deveria seguir os princípios formalizados em Edital conforme os tipos abaixo:

Dicionário de tipo 1

Com um número de verbetes no mínimo 500 e máximo 1.000, os dicionários de tipo 1 devem propiciar ao estudante-consultante uma introdução ao léxico da língua, com seleção de vocábulos acessíveis aos alunos em fase inicial de alfabetização. Conforme aponta Hausman (1990) (*apud* Welker, 2008, p. 296) os dicionários escolares infantis seguem as características de apresentação e estas devem ser claras e especiais; valorizando os espaços, pois não sobrepõem a economia dos espaços. As letras possuem tamanho de fonte grande, privilegiando o visual, assim como as cores destacadas; o formato desses dicionários é como os livros didáticos; as definições abdicam as formas convencionais, ou seja, favorecem ao lúdico; as informações dos lemas são moderadas, respeitando a idade escolar das crianças.

Dicionário de tipo 2

Com um número de verbetes de no mínimo 2.000 e máximo 15.000, os dicionários de tipo 2 devem propiciar ao estudante-consultante um pouco mais de complexidade da língua, apresentando significados concretos destinados a fase de consolidação ao domínio da escrita e organização da linguagem. O perfil que o estudante-consultante do dicionário de tipo 2 apresenta requer do estudante a capacidade de que seja possível distinguir definições e esclarecer o sentido que a palavra pode ter em diferentes usos (RANGEL, 2011, p. 54).

Esse tipo de dicionário consolida ainda a fase em que os estudantes passam do primeiro contato com a língua para o momento de descoberta da produção textual, é o que afirma o PCN 1º ciclo do Ensino Fundamental/Língua Portuguesa, conforme a citação abaixo reforça:

No primeiro ciclo, é fundamental que os alunos comecem a aprender a utilizar a língua para aprender. Isso só será possível (sobretudo quando ainda não sabem escrever com autonomia) se receberem ajuda constante do professor para fazer anotações sobre os assuntos tratados na aula, organizando-as no caderno; utilizar as anotações posteriormente, quando necessário; consultar o dicionário ou outras fontes escritas para resolver problemas ortográficos; pesquisar em enciclopédias; preparar a fala para uma exposição oral; organizar argumentos para um debate; buscar, num texto, elementos que validem determinadas interpretações (BRASIL, 1998, p. 65).

Dicionário de tipo 3

Com um número de verbetes de no mínimo 19.000 e máximo 35.000, os dicionários de tipo 3 devem cobrir um pouco mais a densidade e a complexidade da língua, disponibilizando ao aluno uma quantidade considerável de palavras, conforme o nível de instrução, abrangendo um grande número de termos que fazem parte do universo lexical que está à sua volta, com proposta lexicográfica vinculada ao dicionário padrão, e de uso escolar. O dicionário de tipo 3 é visto como material lexicográfico que aborda o léxico em maior extensão, com os verbetes alinhados em colunas e poucas cores, o tamanho da fonte um pouco menor a quantidade de imagens também menos significativa (WELKER, 2008, p. 317).

Tentaremos justificar a apropriação desse tipo de dicionário ao estudo do léxico conforme o PCN da Língua Portuguesa²⁷, quando aborda questões referentes ao vocábulo. Trabalhar o léxico é proporcionar significativamente a funcionalidade das palavras a partir de implicações discursivas, grosso modo, orientar o estudante nas construções de relações lexicais, o dicionário pode ser visto como um material auxiliador nessas relações, viabilizando o estudante a explorar as palavras em textos orais, escritos, nos impressos, nos audiovisuais, digitais, entre outros.

Os estudantes se deparam todos os dias com vários tipos de textos, assim como é trabalhado o livro didático, um texto publicitário, por exemplo, traz uma gama de vocábulos que possivelmente produzem um avanço no conhecimento lexical dos estudantes, isso refere a pluralidade de linguagens, textos que circulam com bastante evidência no meio social em que vivem.

Por se tratar de textos chamados de contemporâneos manteremos a evidência do multiletramento, que encontra-se nos moldes de apreciação ou compreensão por meio de um

²⁷ Mencionamos aqui o PCN do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental de 1998.

sentido. Por possuírem muitas linguagens, esses textos necessitam de uma reflexão que compõe a compreensão além do que está escrito. Assim, texto da pós-modernidade exige uma “pedagogia crítica” que automaticamente reflete em estudantes críticos, é o que postula Cope e Kalantzis (2000, p. 9) quando diz que a pedagogia crítica “baseia-se nos conhecimentos de pedagogia autêntica em relação ao valor de currículo como uma coisa ativa nas mãos de estudantes e impulsionado por sua motivação”²⁸.

Tendo o dicionário escolar como viabilizador no entendimento seja na significação das palavras ou nos sinônimos que as acepções possuem, isso a escola pode assumir seu papel de proporcionadora de alunos analíticos e críticos.

Conforme citação abaixo, Rojo (2012, p. 29) corrobora:

O trabalho da escola sobre esses alfabetismos estaria voltado para as possibilidades práticas de que os alunos se transformem em criadores de sentidos. Para que isso seja possível, é necessário que eles sejam analistas críticos, capazes de transformar, como vimos, os discurso e significações, seja na recepção ou na produção.

Dicionário de tipo 4

Com um número de verbetes de no mínimo 40.000 e máximo 100.000, os dicionários de tipo 4 devem contemplar a diversidade da língua nas suas mais variadas formas, seja palavras obsoletas, raras, expressões chulas ou até mesmo regionalismos, isto é, a linguagem no seu cotidiano e informal. Também esclarecemos que esse tipo de dicionário considera a complexidade da língua, por levar em conta o léxico na gramática, pois o descreve de acordo com o modelo real e padronizado da língua culta, sobretudo normatizada. Pode-se atentar para esse tipo de obra lexicográfica como dicionário padrão, como o mais seletivo entre todos os dicionários escolares escolhidos pelo PNLD/2012, ou seja, extenso (BIDERMAN, 2000, p. 27-56).

Os dicionários de tipo 4 são uma novidade para os de uso escolar, pois o Programa Nacional do Livro Didático favoreceu o Ensino Médio com títulos específicos para a idade escolar dos estudantes-consultentes. Por se destacar como obra lexicográfica de grande porte (com o maior número de lexias da língua), privilegia os estudantes do ensino médio por estender a capacidade de exploração linguística, isto é, a linguagem está presente em diferentes manifestações, culturais, sociais e educacionais.

Portanto, o dicionário de tipo 4 possui um repertório lexical mais abrangente que os outros, por se mostrar adequado aos objetivos do ensino médio em trabalhar a interdisciplinaridade que está presente na linguagem quando articulada nas variadas comunicações.

O Ministério da Educação (MEC), abriu horizontes concernentes aos acervos lexicográficos diante das especificidades de cada fase do ensino-aprendizagem, a distinção dos acervos de tipos 1 e 2, bem como os de 3 e 4, houve a percepção da necessidade de se preocupar com o dicionário em sala de aula, ao que interessa ser caracterizado pela etapa de ensino a que se destina, sobretudo à quantidade de verbetes e as informações que cada um recebe, isto é, sua microestrutura reformulada.

Outrossim, Zavaglia (2012, p. 253) apresenta o termo microestrutura como as informações contidas em um dicionário para esclarecer sobre:

[...] (i) grafia, pronúncia, acentuação, classe gramatical, flexão, etimologia, marcas de uso; (ii) informações explicativas, ou seja, a definição do lema; (iii) uso do lema, ou seja, a sua contextualização ou ilustração, construção e

²⁸ TN.

colocação, expressões idiomáticas, provérbios; (iv) sinônimos, antônimos, parônimos; (v) informações semânticas sobre metáforas; (vi) informações sobre remissivas. Pode conter ainda, dependendo do objetivo do dicionário: ilustrações, gráficos e símbolos.

O PNLD disponibilizou um material de ordem instrucional e nível pedagógico com o intuito de consolidar o uso de dicionários em sala de aula. Viu-se a preocupação do Programa em reconhecer a necessidade do professor de receber um material que o apoie nas informações referentes à lexicografia. Esse material auxiliará o professor facilitando sua produtividade no que diz respeito à apresentação de um dicionário em sala de aula.

Em razão disso, ao material intitulado *Com direito à palavra: dicionário em sala de aula* compete apresentar cuidadosamente detalhes acerca da característica de cada acervo, de como manuseá-lo de forma hábil e precisa, bem como, a finalidade de se ter uma obra lexicográfica em sala de aula. Dividido em duas partes, constitui a primeira em informar o que é um dicionário escolar, quais suas finalidades; como são os dicionários adotados a partir de 2012, o que mudou das versões anteriores e como usá-los.

Contudo, um dicionário não é tão fácil quanto parece, o estudante-consulente precisa saber muito mais do que meras palavras. É importante entender qual acepção utilizar no momento da consulta, no texto, localizar o sintagma que não compreende como identificar uma expressão idiomática ou uma palavra composta, enfim, esses são alguns aspectos que tornam necessário explorar o ensino do uso de dicionário, sobretudo em sala de aula.

A segunda parte oferece uma área destinada à aplicação de atividades em como usar um dicionário, na qual o professor poderá apresentá-lo de forma didática. Considerando como um “guia do professor”, o material que atua como suporte pedagógico, tende a auxiliar os professores no universo macro e microestrutural de uma obra lexicográfica, correspondente à sala a que se insere, favorecendo ao desenvolvimento de atividades que facilitem o estudante-consulente a recorrer ao dicionário com maior segurança e habilidade.

3. Léxico e dicionário escolar

Segundo Bakhtin (2000, p. 309), a palavra revela-se como um ambiente que confronta valores sociais e contraditórios, agindo na dialética como um jogo, ou seja, um sujeito falante interage com outro sujeito e há acordo entre esse diálogo, a expectativa é de que ao pronunciar palavras espera-se uma atitude observada pelo segundo sujeito que responderá a esse diálogo; ao se expressar como falante percebe que suas palavras voltam para o pensamento e o raciocínio é o responsável pela recíproca nessa dialética; “Se uma palavra isolada é proferida com uma entonação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado completo [...]”, portanto a palavra possui seu valor no sentido de que a linguagem atua como organizadora e planejadora do pensamento.

Cada sujeito falante/ouvinte possui uma compreensão das palavras no seu período de aquisição da linguagem, ou seja, aquisição lexical, portanto a palavra em uso passa pelo processo de construção de sentenças. Channel (1996, p. 84) aponta que a aquisição lexical se manifesta, mesmo que só haja assimilação quando o significado de uma palavra pode ser entendido ou até esclarecido dentro do contexto que a palavra está inserida e empregada. Diante da circunstância da aquisição lexical é possível observar que o sujeito/ouvinte possui a capacidade de adquiri-la por meio do conhecimento de novas palavras e memorizá-las, sempre por um estado comunicativo e pela metalinguagem.

Quando o sujeito falante/ouvinte alcança um grau de internalização entende-se que ele passou por um processo de aprendizagem, isto é, atualiza no seu cognitivo uma demanda considerada por repertório lexical, convencendo a aquisição. Não podemos restringir que

esse processo se dá por encerrado, pois o número de palavras vai aumentando gradativamente²⁹.

Sabe-se que o sujeito falante/ouvinte não consegue arquivar todo o léxico de uma língua, pois todos os dias surgem novas unidades lexicais assim como outras desaparecem do sistema linguístico. Por sua vez, o conjunto de significado de uma unidade linguística recebe o nome de campo semântico, proporcionando vários sentidos ao léxico determinado pelo contexto numa produção discursiva.

Entende-se por léxico de uma língua, unidades agrupadas que se submetem às regras gramaticais da língua em uso, que unidas, se situam num mesmo espaço para uma construção textual e clareza das frases. Quando se chega à delimitação e ao conceito de palavra, cabe notar que há distintas maneiras de analisar esse conceito, a medida que a palavra é articulada isoladamente, é vista como signo linguístico, enfatiza como palavra lexical que se distingue de palavra gramatical, que semanticamente é independente da situação de enunciação.

De acordo com o aspecto que um dicionário escolar pode apresentar, uma obra lexicográfica consiste na relevância às escolhas dos verbetes, considerando o nível de cada usuário, sobretudo estudantes. Uma das funções mais importantes do dicionário é definir com clareza o léxico de cada língua e como ele é registrado, sobretudo no que diz respeito ao sentido das palavras em seus variados usos, adequando à diversidade das acepções no campo semântico.

Por conseguinte, o dicionário escolar é entendido como uma obra lexicográfica pedagógica que auxilia, quando necessário, os estudantes-consultantes no momento das atividades, pesquisas ou no momento da produção textual propriamente dita; e respectivamente os esclarecimentos, promovidos pelo dicionário no momento da consulta de um verbebo, mesmo que prevaleça a polissemia, pois o que “torna-se mais difícil é a delimitação semântica e maior o risco de opacidade ou vaguidade” (BORBA, 2003, p. 165).

No dicionário escolar para estudantes-consultantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental torna-se necessário a composição de enunciados definitivos³⁰ sem muita preocupação com ilustrações. No entanto a especificação de sentido deve privilegiar essa fase por manter um contato com a novidade do léxico, trazendo uma oportunidade do uso de novos verbetes no campo paradigmático do estudante, já que as produções textuais afloram com mais intensidade a partir de então.

O PNLD – Dicionário estabeleceu em 2012 novos critérios para aquisição de uma obra lexicográfica, sobretudo em sala de aula. Ao traçar uma linha divisória para os estudantes-consultantes, pensou-se na idade escolar que privilegiava a aquisição da língua em cada estado de uso, manifestando uma limitação da seleção vocabular em questão, uma vez que os PCNs da Língua Portuguesa tem por objetivo empregar formas variadas na demonstração da linguagem, como:

utilizar as diferentes linguagem – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contexto público e privado, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; (BRASIL, 1998, p. 7-8).

Na contemporaneidade, já estão inseridos os dicionários digitais, que auxiliam nos estudos de forma rápida, isso com intuito de contribuir para os estudos das diversas áreas do conhecimento. Em razão disso, alguns dicionários não estão presos a normatização, mas sim,

²⁹Ibid, p. 84.

³⁰ Termo adotado por RANGEL (2011) – Pontifícia Universidade Católica (São Paulo).

a situação que cada consulente vive, como os dicionários digitais, tendo em vista que a elaboração dessas obras lexicográficas está de acordo com a necessidade social e comunicativo que o estudante consulente está incluído.

Cabe ao lexicógrafo privilegiar o perfil do usuário ao produzir uma obra lexicográfica, principalmente no que tange ao escolar. Isso fez com que as obras lexicográficas apontassem categoricamente às escolas, em privilegiar o ensino e a natureza da linguagem. Se a escola possui um local reservado para uso da informatização, por que não trabalhar o dicionário frente às novas tecnologias? Isso traria certo tipo de conforto no momento da busca dos verbetes, por se tratar de um dicionário digital.

Talvez essa mudança pode até mesmo estar no plano das ideias, mas não descarta a possibilidade dos estudantes terem seus próprios dicionários digitais, isso se dá pelo fato da necessidade vista pela rapidez momentânea, pois a era digital vem ganhando força e espaço, mesmo frente às novas tecnologias. É aqui que caberia os estudos referentes aos multiletramentos, “são necessárias novas ferramentas” que ultrapassem a escrita manual e impressa, ou seja, são necessárias novas práticas que cada vez mais desperta no estudante uma análise crítica (ROJO, 2012, p. 20).

De acordo com Lemke (1998) (*apud* ROJO, 2012, p. 20) a linguagem cada vez mais se encontra em um ambiente interativo, destacando a praticidade em concordância com a velocidade, pois as escolas recebem estudantes que interagem com o “mundo da informatização”, e o dicionário digital se destaca nesse ambiente,

A próxima geração de ambientes de aprendizagem interativos adiciona [ao hipertextos] imagens visuais e sons e vídeos, além de animação, o que se torna muito mais prático quando a velocidade e a capacidade de armazenamento podem acomodar esses significados densos de informação tipológica.

Ainda esclarece Welker (2008, p. 419) quando diz que, o dicionário eletrônico tem informações e atuam com maior vantagem para as informações sobre a língua,

Dicionários que contêm somente textos (com *links* de um lugar para outros) constituem hipertextos. Já um dicionário com hipermídia contém além de textos, imagens e/ou sons. Muitos dicionários *online* (como também aqueles em CD-ROM) distinguem-se dos tradicionais por usarem cores variadas para destacar certos componentes dos verbetes. A maior vantagem do dicionário *online* – e dos DEs em geral – são as facilidades de busca. A mais comum é: querendo-se consultar determinado lexema, digita-se a palavra – ou ela é escolhida numa lista alfabética de lemas – e imediatamente (depois de clicar) é mostrado o verbe. ³¹

A obra lexicográfica deve possuir um papel de esclarecedor do léxico em uso, favorecendo a dimensão que um dicionário escolar consiste, seja manual ou digital, seu papel é assumir a escolha da *corpora* que dará suporte ao consulente. Isso porque, a prática lexicográfica não pode utilizar de palavras livres, ou até mesmo de escolhas artificiais e pessoais, um lexicógrafo ou dicionarista como pode ser chamado, deve se valer da estatística léxica, que abrange uma área controlada para escolha das entradas em um dicionário.

O lexicógrafo, de antemão, deve conhecer primeiramente como se compõe a macroestrutura e a microestrutura de um dicionário, para então selecionar os candidatos a verbetes que serão montados criteriosamente de acordo com as frequências encontradas no

³¹ O autor utiliza a sigla DE para dicionário eletrônico.

corpus selecionado para esse fim. Assim as frequências serão determinadas por meio de cálculos estatísticos com clareza e exatidão.

O *corpus* é constituído por materiais que se distinguem, como as obras literárias escritas, os jornais, as revistas, os materiais didáticos que correspondem às áreas do conhecimento do consulente. Assim, o dicionário escolar precisa seguir um padrão da língua escrita para a faixa etária dos estudantes-consulentes, a saber, é o que destaca Borba (2011, p. 23)

Aí deverão estar presentes não só nos itens que compõem a base do léxico da língua, mas ainda a base ampliada, que alcança vários setores da vida social e vários aspectos culturais, bem como aqueles itens que circulam a língua escrita como um todo, com frequência diferente de zero e abrangendo todos os setores da vida social.

4. Lexicografia e ensino: sinônimo de Lexicografia Pedagógica

Em se tratando de lexicografia, vale concluir que o dicionário é visto como objeto da teoria e da prática lexicográfica, contudo daremos ênfase a Lexicografia no que diz respeito ao uso de dicionário em sala de aula, uma vez que o léxico de uma língua se encontra registrado no dicionário, que por sua vez, o dicionário é o alvo de investimento da lexicografia. Como toda teoria possui seu percurso histórico, também a lexicografia o tem.

O léxico é valor social de um povo, no qual o registro é feito por meio do dicionário, estimado como “depósito da memória social do léxico” (LARA, 2004, p. 142). A Lexicografia pode ser discutida pela Linguística Aplicada, quando se diz que esse assunto requer cuidados na hora de investigar problemas com o uso de dicionários, pois de acordo com Celani (1992, p. 17; 19) a LA está presente no trato das questões que envolvem ensino/aprendizagem de uma língua,

[...] torna-se cada vez mais ampla: ensino/aprendizagem da língua materna, multilinguismo, teses, planejamento linguístico, sociolinguística, psicolinguística, lexicografia, tradução, linguística contrastiva, linguística computacional, estilística, letramento, dentre outros. [...] A partir da interpretação multidisciplinar para a solução de problemas relacionados à linguagem, de uma redefinição sempre nova para cada novo conjunto de problemas, a LA adquire autonomia organizacional que lhe justifica o uso do nome como área de direito próprio.

Por sua vez, a ciência está atrelada a Lexicografia Pedagógica, reconhecida como prática existente desde os tempos remotos, uma vez que, os mesopotâmicos se preocupavam em ensinar aos futuros escribas vários significados lexicais, que, a partir de glosas de textos antigos, difundiam compilações com base em exercícios escolares, surgindo, assim, dicionários que continham diversos tipos de listas lexicais.

Segundo Al-Kasimi (1977), os primeiros dicionários foram feitos no Iraque, em razão da vinda dos assírios para a Babilônia, pois estes apresentavam dificuldade em compreender os signos sumérios. Assim, os alunos das escolas acharam importante criar um silabário que possuía signo sumério e tradição assíria. (*apud* WELKER, 2008, p. 30)

Doravante Welker (2008), destaca que a Lexicografia Pedagógica é considerada como subárea da Lexicografia e num sentido mais amplo refere-se ao estudo de “[...] quaisquer dicionários usados no ensino/aprendizagem de línguas”(p. 19). Portanto, o autor ainda ressalta

a importância em não confundir lexicografia pedagógica com pedagogia, ou até mesmo o termo *didática* para o ensino do uso de dicionários.

O termo Lexicografia Pedagógica é empregado algumas vezes por *learners' dictionaries* ou dicionário para aprendizes, sobretudo de línguas estrangeiras, isso quando se refere ao teóricos estrangeiros que defendem a ideia de que LP³² é sinônimo de investigação de dicionários bilíngues.

No Brasil a LP começou com estudos voltados na investigação de dicionários para aprendizes de língua estrangeira. Faremos uma ressalva para explicar que a ciência também pode ser fundamentadora nos assunto que direcionam os dicionários escolares de língua materna.

Vemos que o dicionário compõe grande parte do léxico da língua portuguesa, a lexicografia tem o respaldo de responder pelos dicionários produzidos e os que estão em processo de produção, os que ainda estão em estudos para confecção, os que já circulam, entre outros. Seja no âmbito de problemas das produções ou no trato de seu uso, nota-se que é a lexicografia que se ocupa desse trabalho.

Por sua vez, a LA traz sobre si a ocupação das investigações das causa com o ensino e aprendizagem da língua, caberia a LP e a LA trabalharem no sentido de uma ser componente da outra e a LA mediar a LP no trabalho dos problemas com o uso do dicionário em sala de aula, uma vez que a LA “é entendida como o uso de matérias linguísticas cujo conteúdo pode aprimorar o trabalho” na vertente da LP (CELANI, 1992, p. 18).

O ensino da língua tem provocado várias discussões acerca das possibilidades para o contato que o estudante tem com a língua enquanto “forma de vida” (WITTGENSTEIN *apud* FONSECA, 1988). O estudante ao ingressar na escola, consegue distinguir os recursos linguísticos interiorizando o lado funcional da língua, que segundo Amor (1999), denomina *aquisição e aprendizagem*, caracterizada intuitivamente, isto é, a capacidade que o falante tem de perceber ou aceitar a estrutura da língua, com seu uso de forma imediata, sem processo de raciocínio (AMOR, 1999, p. 13).

Diante dessa perspectiva em considerar que o aluno tem a possibilidade de adquirir e aprender a língua mediante o contato que se tem com ela destacamos duas questões que merecem uma consideração: a primeira é, como o dicionário é usado pelo aluno, uma vez que seu processo de raciocínio é imediato? Seria assim fugir do ato de ensinar? Isto é, sem veículos que o estimulem a isso? O outro é que conhecimento lexicográfico o professor de língua portuguesa possui, para que seu aluno utilize uma obra lexicográfica com habilidade e destreza, já que o dicionário auxilia o usuário aproximando-o do vocabulário existente no léxico da língua.

Essas questões trazem reflexões ao mencionar que a aquisição e aprendizagem de uma língua caminham juntas, ou seja, quando o aluno é colocado em situação de comunicação a apropriação da língua esse fato se dá pela aquisição e aprendizagem, mesmo que sejam processos distintos, eles podem se manifestar por duas circunstancia interrelacionadas que segundo Krashen (*apud* AMOR, 1999, p.12) se conferem como: o natural e o institucional. Conferindo na citação:

[...] o que resulta da aprendizagem – empreendida em contexto natural ou institucional – nunca será de natureza do adquirido e não terá sobre ele qualquer efeito. Permitirá, apenas, e pela ativação do dispositivo de controle consciente, a formulação de juízos avaliativos sobre o grau de conformidade das produções à norma escolar (sobretudo no domínio da escrita).

³² Trataremos a Lexicografia Pedagógica com sigla LP.

Portanto, o processo para apoderar-se da língua envolve a aquisição e a aprendizagem, dificultando estabelecer limites a esses dois processos, no qual o léxico da língua possui, por sua vez, unidades gramaticais e lexicais que se entrelaçam, ao que parece, o dicionário por conter registro tanto gramatical quanto lexical pode ser esse veículo para aquisição e aprendizagem de situações lexicais, conferindo em seu uso. Isso posto que, nas situações comunicativas o falante demonstra explicitamente a apropriação da língua, mesmo que de forma natural a aquisição confere um pouco mais de referência do que a aprendizagem.

Assim, a função da escola é mediar o ensino de língua materna por meio da aquisição, aperfeiçoada nas mais variadas competências. Assim, o dicionário escolar tende a ser um auxiliador nas múltiplas atividades linguísticas em um espaço específico como sendo a sala de aula. Para tanto, o professor poderá motivar o estudante-consulente a organizar situações significativas da linguagem em uso, e que tenham uma preocupação voltada às atividades que contemplem a realidade do estudante, pois o dicionário pode ser um auxiliador nas mais variadas formas de conteúdo, fazendo do dicionário influenciador na prática do saber.

Ao se tratar de motivação, convém ressaltar que aprender uma língua significa adotar outros padrões para uma performance linguística, com isso, o aluno pode optar por caminhos que levem ao conhecimento do uso do dicionário diferente do modelo que a escola propõe. Pois o objetivo da escola é ensinar a língua padronizada, ou direcionar o aluno a outras possibilidades de uso da língua. Se o dicionário pode ser um influenciador na prática do saber, então desenvolver seu uso, é transformar o estudante-consulente em um “poliglota dentro da sua própria língua” (SANTOS, 2009, p. 14), considerando que a língua media o sujeito ao mundo que o cerca.

Os dicionários têm por finalidade registrar, explicar e informar a significação de uma palavra, bem como seu funcionamento diante do contexto que ela se encontra. Como tudo possui um nome, e esse nome pode ser designado por palavra, são chamadas de palavras lexicais as que explicam e significam coisas; a partir do momento que as palavras servem a língua em funcionamento, ou seja, organizadora do discurso, são classificadas por palavras gramaticais³³. Assim, o dicionário é um depósito da riqueza de uma língua.

Uma situação que merece destaque é o conhecimento lexicográfico que o professor de língua materna possui, se esse professor utiliza o dicionário em sala de aula, e confere que o dicionário possui um valor didático, que suas informações sobre o léxico abrangem palavras lexicais e gramaticais, sabe como manusear habilmente, traz junto a si a preocupação do aluno utilizar o dicionário de forma adequada, caracteriza essa obra lexicográfica como possuidor de padrões gráficos, silábicos, expressões idiomáticas; se um professor consegue impor com segurança essas funções que um dicionário possui, é possível garantir sua inserção dentro da lexicografia.

Nesse caso o professor estabeleceu um diálogo do ensino de língua com a lexicografia. Na contemporaneidade da língua, é exigido dos professores novas competências e habilidades, até mesmo como utilizar a lexicografia em suas práticas pedagógicas. Até porque o PNLD/2012 distribuiu novos dicionários às escolas públicas de todo o país, isso direciona o professor a seguir novos horizontes frente à lexicografia, transformando modos de pensar e agir diante da diferente cultura didática. Esse fato faz com que o professor lance olhares a uma prática que direcione o aluno a romper com as estruturas formais já existentes, e avançar nas mudanças que revelam a capacidade de pensar e agir.

³³ Conceito esse adotado por Rangel na elaboração do material didático *Com direito à palavra: dicionário em sala de aula* (BRASIL, 2012, p. 14-15).

Assim posto, o uso de dicionário em sala de aula projeta um novo fazer a uma novidade, o dicionário escolar, que inclui o uso na prática docente. Como auxiliador na aprendizagem nas aulas de língua portuguesa, o dicionário pode ajudar o professor a alcançar o conhecimento pelo saber e fazer

Segundo o entendimento de Welker (2008) “a lexicografia pedagógica trata de dicionário pedagógico”, assim sendo, pode ser introduzido como um auxílio na aprendizagem. Alvar Ezquerro (1981) afirma que “hoje em dia ninguém duvida de que o dicionário seja um instrumento pedagógico” precisando fazer parte da vida escolar do estudante, o dicionário serve para ampliar e aperfeiçoar os conhecimentos tanto do vocabulário de língua — função para qual é utilizado normalmente — como de gramática, objetivo que nem sempre se leva em conta (WELKER, 2008, p. 54).

Em razão disso, caberia destacar o contexto social para níveis de conhecimento em distinguir o significado das palavras nas mais variadas situações, quando necessárias o uso de dicionários em sala de aula. E com esse entendimento a escola tem a capacidade de promover a apropriação do saber seja nos textos escritos, seja nos estudos lexicais que envolvem o dicionário.

Caberia ao professor viabilizar condições para o estudante-consulente examinar que o sentido do texto não é superficial e nem tão pouco neutro, as palavras que o envolvem têm um significado plano; espacial seria se esse estudante-consulente interpretasse a leitura e a significação das palavras a partir de suas próprias crenças e valores. Conforme Barton (1949) existem três áreas que se destacam, e o que o referido autor denomina letramento, no qual os estudantes se adequam conforme a circunstância em que vivem, pois “Para trazê-los juntos essa abordagem o início é a partir de três áreas de investigação: o desenvolvimento social, o psicológico e o histórico. [...] eles precisam estar interligados, a fim de obtermos uma visão geral do que está envolvido no letramento” (p. 33)³⁴

Portanto o estudante-consulente que possui a visão do conhecimento que o circunda praticou o letramento, entretanto, a palavra já existe e a ligação social com o sistema de comunicação que vive promove uma oportunidade de interpretá-la, conforme o que o autor chama de “Literacy is based upon a system of symbols”, as palavras são sinais que ouviu ou leu e que representam o mundo, cabe cada consulente desenvolver sua maneira de representação, no entanto poderá ser reconhecido diferentemente por cada estudante-consulente.

Conforme Laufer, conhecer um maior número de palavras influencia o entendimento da leitura ou textos escritos, diz que:

De longe o maior obstáculo à boa leitura é o número insuficiente de palavras no léxico do aprendiz [...] Seja qual for o efeito de estratégias de leitura, ele é interrompido se o vocabulário estiver abaixo do nível limiar, isto é, abaixo do mínimo de 3000 famílias lexicais ou 5000 itens lexicais (*apud* WELKER, 2008, p. 74).

Na verdade as palavras desconhecidas dentro de textos são muito frequentes e não podem ser deduzidas de pistas contextuais, isso pode provocar um insucesso quando o leitor se limita a adivinhar o significado de itens lexicais desconhecidos, esse episódio é possível interpretar quando os significados podem ser normatizados. Os leitores sentem a necessidade de saber se os significados estão adequados, para que possam continuar lendo com certo grau de confiança³⁵.

³⁴ Tradução nossa.

³⁵ Isso não acontece com todos os consulentes, faço uma ressalva para os que estão em processo de aquisição e aprendizagem da língua, ou seja, estudantes-consulentes em descobrimento do sistema linguístico.

Ainda é possível argumentar que nos dicionários monolíngues para aprendizes o uso de vocabulário controlado nas definições foi uma das características mais importante, esse fato foi o que distinguiu dos dicionários para falantes nativos. Isso é como pressuposto a propiciar ao estudante-consulente a oportunidade de aprender novas unidades lexicais, fazendo o uso de um vocabulário fundamental de nível básico (BÉJOINT, 2000, p. 69-70)³⁶.

Em se tratando do termo vocabulário fundamental, destaca-se que para falantes de uma língua é possível trazer junto à memória um número estimado de unidades do sistema lexical. Pois para Biderman (1996) o termo vocábulo não está atribuído a sua significação adequada, ou seja, o conceito de vocábulo é visto como “unidade paradigmática que no caso de ser flexionável, pode revestir no discurso de várias formas” (p. 32).

Assim, o léxico se estrutura na memória humana permitindo que haja uma recuperação das palavras de forma instantânea, isso se dá pelo fato de que as unidades lexicais possibilitam sua recuperação no acervo da memória, ou seja, Biderman (1996, p. 27) destaca que isso é uma frequência de palavras.

A autora ainda destaca que pesquisas avançaram a partir dos anos 60, pois no interior do léxico de um idioma existe um núcleo lexical, isso ocorre em qualquer discurso formulado por uma língua. Assim, a autora apoiada em Julliard *et al.* (1964; 1965; 1971; 1973) descreve que os dicionários de frequência das línguas românicas mostraram que nas línguas espanhola, portuguesa, francesa, italiana e romena era constituído por palavras mais frequentes da língua com seu valor semântico e gramatical.

Para tanto, é um desafio para o lexicógrafo fornecer definições aprazíveis a partir de um vocabulário exclusivo, neste caso os lexemas são altamente polissêmicos, ao que elucida a alta frequência. Contudo o estudante teria que dominar os variados significados para tratar apropriadamente com eles. Portanto, as unidades lexicais que fazem parte do vocabulário controlado precisam ser bem esclarecidas, sobretudo nos dicionários direcionados a aprendizes, pois neste caso são os que mais se destinarão à consulta.

No que tange ao uso do vocabulário controlado, Béjoint (2000) enfatiza que consultar as palavras desconhecidas é uma forma de aprendizado, pois ao se deparar com os significados dessas unidades lexicais resulta em uma sucessão de consultas. Por outro lado, o autor ainda argumenta que para a Metalexigrafia esse fato torna-se um desestimulador ao estudante, pois quando ele não consegue entender uma definição por desconhecer outras unidades lexicais, esse mesmo consulente fica submetido a novas consultas, e passar por várias unidades lexicais até chegar a definição esperada.

Assim sendo, justificamos que a escola possui condições de se mostrar como o lugar propício para usar o dicionário e, sobretudo, aprender a usá-lo, pois uma obra lexicográfica pode ser um recurso auxiliador que ajude na compreensão dos significados. E o uso do dicionário, sobretudo escolar, permite que o aprendizado de habilidades linguísticas valiosas, por exemplo, escolher o significado adequado (de acordo com o contexto) de uma palavra.

De acordo com Chanbell (1990), dicionários

deveriam ser vistos como instrumentos pedagógicos e não apenas como materiais de referência auxiliares, que os aprendizes deveriam ser incentivados a fazer associações lexicais quando aprendem ativamente vocabulário novo que pretendam ajudar tanto na produção quanto na

³⁶O autor enfatiza a aprendizagem da língua estrangeira como nativa. É possível ao converter essas informações à língua portuguesa brasileira.

recepção de textos que deveriam incluir informações sobre relações semânticas (*apud* WELKER, 2008, p. 84)

Essa é a discussão de como a Lexicografia Pedagógica tem um papel importante ao ensino do uso de dicionários em sala de aula, no qual os estudantes-consultantes deveriam ser esclarecidos quanto a prática em encontrar uma palavra rapidamente, pois onde há mais de uma definição ou sinônimo fornecidos, existe a necessidade de descobrir qual é a acepção relevante para o contexto em questão.

Sobre o ensino do uso de dicionários cabe propor atividades de trabalho com o dicionário, no qual os professores podem preparar aulas ou exercícios que enfatizem pesquisa sobre o ensino-aprendizagem do dicionário, assim o ensino do uso de dicionário melhora o desempenho na aquisição lexical do estudante-consultante.

Um aprendizado está necessariamente ligado a dimensão institucional, pois ensinar como usar uma obra lexicográfica requer habilidades no conjunto de regras da língua, não necessariamente que isso seja aprendido com o dicionário. Assim, promover as habilidades aos estudantes-consultantes parte em dividir primeiramente quais as necessidades que cada consultante tem, e a partir de investigação transmitir a capacidade que se considera como ofício, e posteriormente partir de situações que levem a entender qual a caracterização de uma obra lexicográfica e destacar os aspectos que trazem ao consultante segurança no momento da consulta.

É preciso muito mais do que encontrar uma palavra no dicionário, antes conhecer a língua talvez seja o princípio que possibilite chegar às habilidades, pois na hora da consulta é possível se direcionar a acepção adequada ao que deseja saber, trazendo assim a compreensão dos sinônimos e qual contexto uma palavra se torna mais relevante. No entanto, recorrer muitas vezes ao dicionário de forma equivocada, pode gerar conflitos tanto lexicais quanto gramaticais e consultar uma obra lexicográfica requer cuidados, pois a regra da língua pode ser estabelecida à dedicação educacional. Esclarece Braith (2000) quando diz que

[...] conjunto de regras da língua está necessariamente ligado a uma dimensão institucional, e para ser ensinado, mas não necessariamente aprendido, precisa socorrer-se, muitas vezes de forma equivocada de instrumento institucionalizados como é o caso dos dicionários e das gramáticas normativas (BRAITH, 2000, p. 5).

Associar as palavras a suas definições é uma trajetória que proporciona relativa segurança no momento de defini-las, as definições são formuladas de maneira que o público consultante possa compreender semanticamente a cada uma delas, possuindo uma explosão contextual em forma de texto narrativo. Diante disso, pode-se notar que a escolha das palavras a partir de um tema já direcionado produz uma articulação argumentativa partindo do que se propõe em produzir ao objetivo esperado conduzindo à direção dos sentidos que pretendem demonstrar.

Os dicionários escolares mantêm seu padrão de lemas à idade escolar dos consultantes, com a macroestrutura seletiva, pronto a informar a quantidade de lemas para cada tipo de dicionário, e que privilegiem estudantes a cada ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para tanto, as obras lexicográficas têm uma divisão para cada ciclo, seja do ensino fundamental, seja ensino médio. A maioria dos lemas, as exemplificações concretas são importantes, pois o destinatário a que é produzido o dicionário são estudantes que provavelmente possuem em seu repertório lexical um número abrangente da língua em sua modalidade escrita e falada.

Os dicionários infantis que o PNLD/2012 classifica como os de tipo 1 são os mais preocupantes, pois necessitam valorizar o visual seguindo uma ordem conforme o dicionário alfabético, apropriado à idade do estudante-consultante, são enriquecido com ilustrações. Uma característica do dicionário de tipo 1 é o trabalho com narrativas lexicográficas, isto é, os lemas são usados dentro de uma pequena história, como também as acepções podem ser esclarecidas em forma de narrativa. Esse método de lexicografia privilegia um esclarecimento, na maioria das vezes, a um lema, por meio da narrativa adequada.

Conforme Welker apoiado em Hausmann salienta que:

[...] uma das características mais marcantes de numerosos DIs é a narrativa lexicográfica, que toma o lugar das definições tradicionais: os lemas são usados de dentro de uma pequena história. Por exemplo, no verbete *medo*, a criança poderia ler o seguinte: “Socorro! Pedro caiu na água. Pedro não tenha *medo*! Papai vai te ajudar.” As vezes, várias acepções de um lema são esclarecidas nas narrativas (*apud* WELKER, 2008, p. 296).

5. Lexicografia, Ensino e Linguística Aplicada

Procuraremos associar a Lexicografia com o ensino ao uso de dicionário em sala de aula, sendo subsidiada pela Linguística Aplicada que trará luz às possibilidades referentes ao papel da língua portuguesa na rede pública concomitante com os dicionários fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2012 procurando desmistificar questões referentes a Lexicografia Pedagógica.

A LA³⁷ nasce como subsídio para o ensino da língua estrangeira, e passando pelo percurso histórico, no Brasil foi ouvido³⁸ pela primeira vez o assunto que tratava da questão da LA em 1978 (MOITA LOPES, 1996, p. 17). Diante do contexto paradigmático que a LA se encontra, a ciência oferece auxílio ao ensino de língua materna, conforme o percurso que a área de estudo esteja seguindo, ela tende a despontar como base positivista e interpretativista tanto na base teórica como na processual.³⁹

Com um vasto campo de estudo a LA tem como objetivo interferir nos problemas relacionados ao uso da linguagem em geral, envolvendo o homem a uma sociedade distinta, ou seja, como um determinado grupo ou comunidade se comunicam, como determinado grupo de estudantes tem o dicionário como auxiliador nas aulas de língua portuguesa. Todas essas questões podem ser investigadas pela LA.

Conforme Celani (1992) “a LA seria um mediador entre descrições teóricas e atividades práticas diversas”, cabe aqui definir que a Lexicografia enquanto ciência trata das questões teóricas que dispõem informações por determinados autores, que defendem o uso do dicionário em sala de aula como auxiliador tanto na aquisição lexical quanto nas definições que cada verbete possui, invadindo um vasto campo de como usar essa obra lexicográfica, sobretudo em sala de aula.

Assim sendo, introduziremos a LA como mediadora aos problemas relacionados com a língua portuguesa no que tange o uso de dicionário, propondo que uma obra lexicográfica pode se vista como auxiliadora às dúvidas que surgem acerca de uma palavra pouco conhecida ou nunca vista pelo estudante-consultante.

³⁷ Trataremos da terminologia Linguística Aplicada com a sigla LA.

³⁸ Moita Lopes descreve a questão tratada no Brasil, quando Mary Kato ministrava uma palestra sobre LA na Pontifícia Universidade Católica na cidade do Rio de Janeiro, que argumentou existir uma forma de entender a ciência por meio de pesquisa sobre o Congresso da Associação Internacional de LA (AILA).

³⁹ *Ibid.* p. 20-21.

Portanto conforme Celani (1992) utilizaremos a LA para estabelecer caminhos que remetam ao ensino e aprendizagem da língua materna nos seus variados âmbitos da pesquisa, sobretudo direcionada à lexicografia, bem como a aplicação dessa linguagem, com o intuito nas investigações que permitem aplicá-las de forma prática e social.

O linguista aplicado não pode ser visto como o solucionador dos problemas que envolvem a linguagem, mas sim, explicar o porquê dos problemas que já existem e os que ainda surgirão. Segundo Bohn (2005, p. 17) “o ser humano nasce em um meio semiótico” o contato com os signos estende-se às diversas formas de aproveitar ocasiões no contato com a linguagem, isto é, o ser humano está explicitamente envolvido com a linguagem e os signos que a compõem.

O primeiro contato com a linguagem surge com recém-nascido, ouvindo letras unidas formando palavras, que automaticamente transformam-se em frases permitindo a produção de um sentido próprio que remete à compreensão e destacando reflexos que o transformam em interlocutor do meio social. A partir de então, a criança é introduzida ao primeiro contato com a linguagem em funcionamento no meio social, podendo produzir suas primeiras narrativas, que claramente são atribuídas ao mundo infantil, isto é, narrativas que se estabelecem numa determinada faixa etária da vida da criança; com a descoberta das palavras e de como elas são mágicas ao se unirem uma a outra, essas palavras fazem parte do primeiro repertório lexical, sobretudo na fértil imaginação infantil (COELHO, 2000, p. 35).

Ao entrar em contato com as palavras escritas, as crianças determinam seu potencial de identidade, trazendo junto a si toda a capacidade de produzir seu próprio texto. Normalmente é a partir dos seis ou sete anos que a criança entra em contato com a escolaridade formal, surgindo para dividir a linguagem, justamente por fazer parte do universo dos significados no contato emaranhado das metalinguagens, portanto aquele homem semiótico citado anteriormente por Bohn (2005) dá lugar à criança semiótica.

De acordo com Cope & Kalantzis (1993) a linguagem é adquirida de forma vivenciada ou até mesmo imagética. Para o autor criança é imagética, remete o léxico imagético ao significado, no qual uma sociedade contemporânea assemelha a visão de que a educação é o ponto de partida para o trabalho da conscientização da construção de uma sociedade compostamente letrada, mesmo que seja pelo conhecimento de mundo, sobretudo imagético. Assim, nessa fase a criança depende de um agente estimulador que desperte o interesse de atribuir sentidos aos sinais gráficos que lhe abrirão caminhos para o mundo do léxico (COPE & KALANTINZIS, 1993, p. 338).

Vários estudos têm se direcionado ao tipo de estratégia no que tange a aprendizagem de vocabulário por meio do dicionário. As escolas raramente utilizam exercícios de como utilizar o dicionário, e percebemos que esse material lexicográfico possui informações completas no sentido gramatical, no momento que o estudante precisa para as aulas de Língua Portuguesa.

Confirmamos essa argumentação quando tratamos dos estudos de Poulet (1999) que observando seus alunos belgas não utilizavam dicionários e que nem conheciam uma obra lexicográfica, isso depois de afirmar que, diante de um curso de pós-graduação para professores de língua estrangeira em uma universidade britânica procuravam desenvolver o uso eficaz de dicionários bilíngues. Conforme exemplo tirado de autores diferentes Martín Garcia (1999) defende que para todos os tipos de dicionários existe a possibilidade da aplicação de exercícios voltados ao ensino do uso, no qual serve para incentivo em manuseá-lo tanto adequadamente quanto eficazmente (WELKER, 2008, p. 105).

Antunes (2011) complementa que “Raros são os exercícios sobre a língua portuguesa que se valem dos dicionários, que exploram seu potencial de lições sobre a língua. Trata-se, portanto, de um vazio cultural” (*apud* XATARA, 2011, p. 135).

De acordo com a LA, procuraremos relacionar os problemas com o uso de dicionário em sala de aula, sobretudo nas aulas de língua portuguesa, acrescentando desenvolvimento às habilidades de seu uso. E assim tentar promover a relação com o dicionário e leitura de textos nas aulas de língua portuguesa pode ser um caminho a trilhar que desmistifique a obra lexicográfica como um simples apetrecho sem tanta importância, nesse caso o dicionário em sala de aula atualiza a possibilidade de construir conhecimento e ao contrário é apenas um mero pretexto essa ou aquela palavra.

Em concordância com Paiva (2005)⁴⁰ o aprendizado de palavras, seu significado ou classe gramatical depende de processos que a autora apresenta como fases:

A atividade de leitura é um processo de construção de significados que envolve a habilidade de processar as informações registradas no papel ou em uma tela (processo **bottom-up**) e o conhecimento de mundo que o leitor aciona para compreender um texto (processo **top-down**) (PAIVA, 2005, p. 129-147).

A autora apresenta essa fase como o processo que determina as atitudes do leitor em relação ao significado a partir do contexto. Por outro lado, proporcionar habilidades ao uso do dicionário requer uma avaliação por parte do docente, em como o estudante pratica o conhecimento lexicográfico, e como o professor de língua consulta o dicionário, com a necessidade de reflexão e qual a expectativa que demonstra por uma obra lexicográfica.

Por isso as fases que Paiva (2005) descreve como o *bottom-up* e *top-down* podem ser esclarecidos quando o estudante aplica o processo de *bottom-up* que utiliza seu conhecimento linguístico, envolvendo a função da palavra, pois dispendo desse conhecimento o consulente tem a oportunidade de atribuir significado à palavra.

Paiva (2005) explica que o processo *bottom-up* caminha concomitante com o processo *top-down*, permitindo o conhecimento de mundo que o estudante possui tanto na funcionalidade do dicionário quanto na aplicabilidade dele em sala de aula. Diante da simultaneidade de ambos os processos, a autora chama *background knowledge*, isso para testar hipóteses e suposições sobre o que vai encontrar no texto.

Essa prática pode ser adotada no uso do dicionário e a partir da investigação do conhecimento de uma obra lexicográfica, ainda consegue ser vista como construção de significados e não como mera transmissão de informações. Portanto os processos destacados por Paiva (2005) resultam em atribuir o conhecimento que o estudante-consulente possui a respeito do dicionário e buscar informações linguísticas nele.

Calcula-se que o estudante tenha visto uma palavra no texto em que o professor trabalhou em sala de aula e que já ouviu anteriormente em outro momento, portanto por meio do processo *bottom-up* a informação é levada ao cérebro e o significado processa por meio de imagem remetendo à palavra. Considera-se que a palavra leva ao sentido de outra, outra e outra, e assim por diante.

Por outro lado o processo *top-down* ativa o conhecimento de mundo e leva adiante a significação de outras palavras. Esse processo entra no cérebro fazendo com que o consulente remeta a palavra à significação pela imagem que reflete, e a significação de uma palavra leva o consulente a caracterizar outras imagens em forma de possibilidades que remetem à explicação.

⁴⁰Utilizaremos os esclarecimentos que Paiva (2005) traz referente à compreensão das palavras a partir do texto escrito, no qual a autora destaca principalmente a língua estrangeira, conforme o foco apresentado articularemos a ideia como parâmetros para construção de sentidos, interpretação e aplicabilidade do dicionário em sala de aula.

Paiva (2005) delinea que o ambiente lexical remete o leitor em ordenar o que uma palavra descreve os significados, isto é, nomeia as coisas, assim o estudante-consulente consegue associar uma palavra a várias coisas, isso também por meio de pistas linguísticas. Esses processos são descritos pela autora no que tange aos leitores de um texto, e pode ser aproveitado, pois um dicionário será sempre uma obra destinada a descrição, portanto, o dicionário também é uma obra de leitura, que para se chegar ao conhecimento da palavra é necessário praticar a leitura, inclusive destinado a consultas para determinadas leituras.

Essa afirmação pode ser resgatada em Welker (2006) apoiado em Bensoussan, Sim & Weiss (1984) quando relatam que o uso do dicionário torna-se ineficiente quando o consulente se depara com um texto e não entende o seu contexto, nesse caso o dicionário não ajuda (p. 237).

Ainda em Barton (1949, p. 33) é possível justificar que no inconsciente as pessoas conhecem o dicionário, se perguntarmos aos estudantes se já viram um dicionário ou se já manusearam, acredita-se que todos respondam que sim, portanto inconscientemente respondem que esse material tem na escola, portanto, levando em consideração que o aluno sabe o que é um dicionário, é possível referir-se a esse estudante como pessoa letrada⁴¹.

O termo letramento emergiu na segunda metade dos anos 80 (SOARES, 2010, p. 15), que até a determinada data se tratava de alfabetização. Em consequência disso, o indivíduo letrado não é considerado como aquele que, de certa forma, não lê nem escreve, e sim aquele que domina a “prática e o evento” (BARTON, 1949, p. 34). A terminologia adotada pelo autor surgiu na discussão de acordo com a posição do homem inserido no universo do conhecimento do mundo, possuindo seu jeito próprio de interpretar situações a sua volta, mesmo que inconsciente no que diz respeito ao conhecimento por meio das relações sociais.

Essa ponte pode ser relacionada no uso do dicionário, no que diz respeito a procura das palavras que partem do inconsciente⁴² não se preocupando com o dia de uso ou quando a palavra que procura tenha um histórico. É desse jeito que se pode adequar ao termo que Barton (1949) classificou como “evento”.

Alguns consulentes leem os verbetes, sabem procurá-los, e nem por isso tiveram aula de como procurar palavras no dicionário ou o que é a lexicografia. Diante da teoria esclarecida fazemos uma ressalva para explicar que a partir do conhecimento que o consulente tem de dicionário, pode ser propício um aproveitamento da obra lexicográfica, mesmo que pouco.

O letramento condiz com a habilidade de colocar em prática situações que envolvam a leitura. Decodificar palavras escritas nada mais é que interpretá-las na linguagem comum, passando por um processo transformador propiciado pelo professor quando consegue ser capaz de articular sentidos possíveis à leitura, ensinar aos alunos a possibilidade de construção de novos sentidos a partir das variadas alternativas dentro e fora da sala de aula. Portanto, o aluno aprende constantemente novos procedimentos de “construção e negociação de sentido” (JORDÃO, 2005, p. 04).

6. Processo de construção lexical segundo Vygotsky

⁴¹ Falaremos de letramento por ser a base complementadora dos trabalhos com o ensino, que segundo o autor é o sistema simbólico para representar o mundo.

⁴² Não me refiro a inconsciente pensando nas pessoas que desconhecem a leitura, mas penso no consulente que possui um dicionário e o utiliza porque sabe encontrar as palavras e porque já constatou que conhece a ordem alfabética básica das palavras.

Freitas (2005) apoiada em Vygotsky enfatiza a produção de signos, símbolos e padrões pela criança são incorporados a partir do seu grau de conhecimento prévio. Ainda o autor, mostra que não basta estabelecer o nível evolutivo em termos de tarefas ou atividades que uma criança é capaz de realizar sozinha, mas é preciso determinar o que consegue fazer com a ajuda dos outros (FREITAS, 2005, p. 307).

O espaço escolar é o ambiente que possibilita a manifestação das diferenças e modos de esquema para construção do conhecimento. Acompanhada de um trabalho pedagógico que se transforma numa ação compartilhada, num espaço de colaboração conjunta, a Lexicografia e a LA cooperam no sentido de ajustar o conhecimento da obra lexicográfica, sobretudo aos estudantes que não possuem habilidade em manusear um dicionário.

Para Vygotsky (2005) a palavra é um “instrumento semiótico”, ou seja, a base para produção de sentido entre pessoas. A internalização da linguagem é referida pelo autor como pensamento verbal, no qual a consciência humana constrói o sentido. O autor ainda considera como fenômeno do pensamento a estrutura essencial da consciência humana, não separando pensamento e palavra, mas sim adotando a visão da palavra como um todo, isto é, a palavra necessita de significação para manter em estado de compreensão, uma palavra sem significação é como “um som vazio”.

O significado das palavras são “atos do pensamento”, (FREITAS, 2005, p. 308), portanto, para compreender uma palavra é necessário julgá-la como a chave para ligação do pensamento à linguagem, pois ambos não estão separados na compreensão dialética e para entendê-los é necessário que estejam internalizados.

Em Bakhtin (2000, p. 289) encontramos a resposta quando se diz que a palavra revela-se como o local que se confrontam valor social contraditório. Por outro lado, o autor discute as expectativas de que mesmo que “a língua é indispensável para pensar [...]”, não são todas as vezes automático, pois o autor sustenta que:

[...] o que permanece característico é não a ignorância absoluta, por certo, mas uma estimativa errada das funções comunicativas da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se estivesse sozinho, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal (BAKHTIN, 2000, p. 289).

Assim sendo, ambos os autores dialogam no sentido de que a linguagem atua como organizadora e tencionadora do pensamento onde Vygotsky classifica como fala interior e Bakhtin como discurso social⁴³. Assim, a palavra é instituidora e abre espaço ao homem para se pronunciar com o poder de nomear tudo o que existe, refletindo a realidade em que vive.

Na Linguística, o interacionismo é entendido a partir das teorias e reflexões desenvolvidas nos estudos de aquisição da linguagem. Vygotsky (2005) determina como interação ou fenômeno da interação da linguagem na perspectiva interacionista. De acordo com o autor, o desenvolvimento da linguagem, a relação entre linguagem e pensamento, pensamento e contexto social, são discussões importantes a serem referenciadas no processo de aquisição da linguagem. No entanto, são funções que fazem relação com o pensamento e a fala, como características próprias do ser humano.

Vygotsky (2005) se apoia na concepção que a criança, em seu período de aquisição da linguagem associa em seu pensamento a ação, no qual se dispõe a discutir a fase pré-intelectual da fala, como os primeiros sons e as primeiras palavras manifestadas pela criança, conforme relata o autor,

⁴³ A partir de então manteremos um paralelo entre os dois autores que dialogam no tempo, utilizamos Freitas (2005, p. 295-314).

Relações bastante definidas à voz humana foram observadas já no início da terceira semana de vida, e a primeira reação especificamente social à voz, durante o segundo mês [...] as risadas, os sons inarticulados, os movimentos etc. São meios de contato social a partir dos primeiros meses de vida da criança. (VYGOTSKY, 2005, p. 53).

O autor salienta ainda que a criança percebe a existência das coisas e pode associar cada coisa a seu nome, por isso que Vygotsky afirma a manifestação da criança expressa em seu desejo de dominar a linguagem. Assim sendo, as crianças lidam com as palavras a partir da aproximação como outras pessoas, dando então lugar aos pensamentos que passam a se verbalizados, atingindo a curiosidade por palavras aumentando gradativamente aquisição de novos vocábulos.

Ainda, Vygotsky (2005, p. 53) afirma que as “curvas da evolução do pensamento e da fala, até então separadas, encontram-se e unem-se para iniciar uma nova forma de comportamento”, ou seja, surge na criança a necessidade de adquirir novas palavras, “ao fazer perguntas, tenta ativamente aprender os signos vinculados ao objeto”, chamado assim pelo autor de descoberta da função simbólica da palavra (p. 53-54)

Por outro lado o autor sustenta que o desenvolvimento da fala por meio do pensamento acontece no intelecto, começando pelo pensamento inicial, passando pela fase em que a criança usa estruturas gramaticais dominando a sintaxe da língua não tendo o conhecimento da sintaxe do pensamento, portanto para Vygotsky (2005) a palavra é o ponto inicial para a manifestação do sentido.

Com o uso do dicionário é possível retratar que o aluno já o conhece por fazer parte do seu universo escolar, e considerar que por meio dos conhecimentos que esse aluno já tem, é significativo também diagnosticar que tipo de leitor e usuário de uma obra lexicográfica ele se destaca. Ao ler um verbete, a manifestação lexical que ali se pode encontrar é que o aluno procura o seu significado conforme o texto que o estudante tem em mãos e que tipo de mensagem o estudante atribui em se tratando da construção de sentidos do texto.

Na visão do dicionarista o dicionário é entendido como ferramenta que possibilita o consulente saber o significado de um verbete, no entanto é necessário que o estudante crie hábito de utilizar uma obra lexicográfica de forma mais abrangente, pois, conhecer um dicionário também precisa saber qual é contexto social que cada adolescente se insere. A realidade torna-se mais transversal do que se imagina, ou seja, em que meio social o estudante vive.

Para compreender como a língua portuguesa é aceita pelos alunos, cabe verificar qual contexto que esse aluno vive. O professor não é o mero descobridor dos problemas que seu aluno tem de acordo com a vida social que está inserida na sociedade, mas sim é aquele que procura mediar novos contextos sociais ao adolescente, à medida que vai se formando um caráter emancipatório, como dito anteriormente, *agente estimulador* para o uso de dicionário, incentivando entender como é composta uma obra lexicográfica, para quem é utilizada, quem é o dicionarista que a produz, quais critérios esse lexicógrafo utiliza para diferenciar a classificação do dicionário no sentido de quem usa. Assim, o professor pode ser o mediário que provoca reações favoráveis ao estudante-consulente.

7. Considerações finais

O objetivo do PNLD/2012 é manter um equilíbrio das escolhas enquanto obras lexicográficas, destinadas ao ensino-aprendizagem, sobretudo em escolas públicas de todo o país. A decisão proposta pelo Ministério da Educação (MEC) em selecionar dicionários específicos para idade escolar dos estudantes pode refletir otimismo a respeito dessas obras

lexicográficas produzidas no Brasil, uma vez que o dicionário escolar pode contribuir com o ensino da língua materna e, sobretudo se mostram como instrumento didático às muitas áreas do saber. O PNLD é o responsável pela produção e distribuição de livros didáticos às escolas públicas de todo país, contudo ele reflete sua parceria presente no trabalho com os docentes, à vista disso,

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.⁴⁴

E agora com as obras lexicográficas de cunho didático, mostrando sua influência na inclusão da língua como patrimônio sociocultural.

O Ministério da Educação faz chegar às escolas de ensino fundamental e médio da rede pública quatro acervos de dicionários escolares. [...] Cada acervo reúne obras destinadas a diferentes etapas de ensino: Tipo 1 — 1º ano do EF; Tipo 2 — 2º ao 5º ano do EF; Tipo 3 — 6º ao 9º ano do EF; Tipo 4 — Ensino Médio. [...] Os acervos estão acompanhados da publicação *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Essa publicação tem como objetivo apresentar informações referentes a dicionários e a características gerais desses acervos, apoiando professores e alunos em suas atividades em sala de aula.⁴⁵

Sem dúvida, o intento do PNLD/2012 é atender tanto a estudantes quanto aos professores, a tomar posse de acervos que contribuam para o ensino da fase fundamental, desde os primeiros ciclos, até o ensino médio, abarcando a qualidade do léxico em suas variadas concepções na área linguística. De cunho pedagógico, o dicionário escolar apresenta informações que oferecem subsídios ao ensino e a aprendizagem de uma língua a partir da aquisição de vocabulários.

É plausível apresentar a diversidade de tipos de dicionários que corroboram na aquisição lexical, sobretudo quando divididos por faixa etária escolar. Instituí para um avanço instrutivo que pedagogicamente aproxima o aluno ao conhecimento do universo lexical, por conter informações que auxiliam o ensino e aprendizagem da gramática.

Dentre as perspectivas do que seja uma obra lexicográfica, sobretudo pedagógica os estudos lexicológicos as palavras em conformidade com o contexto destacam que produzir um dicionário constitui em averiguar as condições que se processa no meio social, cognitivo do falante de uma língua.

Para tanto, o PNLD procura oferecer um dicionário de qualidade, tão didático quanto o próprio livro de uso contínuo em sala de aula. O dicionário escolar pode ser considerado uma obra completa, por distribuir informações que contemplem várias áreas do saber, reunindo palavras que, identificadas com precisão, podem atingir de forma categórica, concepções que envolvem a linguística, a química, a física, a biologia, a matemática, entre outros; compartilha

⁴⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391option=com_contentview=article>
Acesso em: 10 de set. de 2013.

⁴⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16841&Itemid=1131>
Acesso em: 10 de set. 2013.

também de saberes socioculturais de um povo, quando contempla os regionalismos e estrangeirismos.

A importância em destacar o uso do dicionário em sala de aula parte do princípio de que os estudantes precisam conhecer uma obra lexicográfica e que saber diferenciar um dicionário que se adeque a idade escolar em que o aluno está inserido seja o ponto de partida para um bom desempenho nas atividades em sala de aula. De acordo com as circunstâncias em que se encontram as propostas lexicográficas para o uso do dicionário em sala de aula, nasce a proposta, talvez a que melhor se adeque ao momento, que seria possível que se experimente a inserção das disciplinas de Lexicologia com ênfase em Lexicografia e Terminologias cursos de licenciatura em Letras e que ao ganharem essa disciplina as universidades explorem significativamente os assuntos das áreas em questão, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e sobretudo capacitando novos professores a recorrerem às teorias que envolvem as ciências lexicológicas.

Como sugestão acredita-se que o professor tenha respaldo em consolidar suas ideias e acrescentar à prática docente situações que aprimorem as competências e habilidades para o bom desempenho ao manuseio de uma obra lexicográfica em sala de aula. As disciplinas que envolvem as licenciaturas trabalham questões didáticas, e as práticas de ensino são as mais adequadas para construir essa prática que chamamos de didática, não que essa prática seja a única, mas considera-se que os novos professores tenham novas ideias para que saibam utilizar os momentos em sala de aula que necessitam de apoio lexicográfico.

Portanto, o uso do dicionário tende assumir seu papel nos estudos linguísticos e atingindo a finalidade de uma obra lexicográfica de cunho pedagógico, mediante as informações contidas nele, e mediante o preparo de seu consulente por meio da perspectiva aqui já tratada.

Referências Bibliográficas

AMOR, E. *Didactica do português: fundamentos e metodologia*. Lisboa; Texto Editora, 1999.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Library of Congress Cataloging-in publication Data. 2 ed. 1949.

BÉNJOINT, H. *Modern Lexicography. An Introduction*. Oxford: Oxford University Press. 2000.

BIDERMAN, M. T. Aurélio: sinônimo de dicionário? *Alfa - Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 44, p. 27-55, 2000.

_____. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. *Alfa*, São Paulo, 42 (n. esp.): 161-181: 1998.

_____. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo. ed. 40. P. 27-46. 1996.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. [elaboração Egon Rangel]. Brasília, 2012.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: 5ª a 8ª séries - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 2001.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 1989.

_____. *Programa Nacional do livro Didático*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16841&Itemid=1131>. Acesso em: 03 de jan.2013, 14:48:03.

CHANNEL, J. Psycholinguistic considerations in the study of L2 vocabulary acquisition. In: CARTER, R; MCCARTHY, M. *Vocabulary and language teaching*. 6ª ed. UK: Logman, 1996, p. 83-96.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

COPE, B. & KALANTIZIS, M. *Literacies*. Cambridge: University Press. 1993.

FONSECA, J. Ensino de língua materna como pedagogia dos discursos. In: _____. *Diacrítica*. Lisboa: A. P. P., 1988. V.9.

FREITAS, M. T. de A. Nos textos de Bakhtin e Vigotsky: um encontro possível. In: BRAIT, B. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2.ed. Ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

LARA, L. F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M.G. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. volume II. Campo grande, MS: Editora UFMS, 2004, p. 133–152.

PAIVA, V.L. M.O. Desenvolvendo a habilidade de leitura In: PAIVA, V.L.M.O. (Org.). *Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p. 129-147. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/leitura2.htm>>. Acesso em: 08 de set. de 2013.

PASCHOAL, M. S. Z.; CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística aplicada: da aplicação à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992.

RANGEL, E. de O. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da “proposta lexicográfica”. In: CARVALHO, O. L. de S.; BAGNO, M. (Orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas & usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *ALFA - Revista de Linguística (Suplemento)*. São Paulo: v. 28, p. 45-69, 1984.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos*. São Paulo. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2004. p. 96-100. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>> Acesso em: 08 de set. de 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

WELKER, H. A. *Panorama geral da lexicografia pedagógica*. Brasília: Thesaurus, 2008.

XATARA, C. BEVILHACQUA, A. HUMBLÉ, Ph. (Orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola Editoria, 2011.

ZAVAGLIA, C. Metodologia em ciências: Lexicografia. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Souza. *Ciências da linguagem: O fazer científico?* v. 1. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012. (Série Estudos de Linguagem).